

nal Europeu continua sendo importante, pois seu teste de proporcionalidade pressupõe que o aspecto fundamental das leis que proíbem o aborto não é impedir um assassinato, mas sim permitir que o público se aperceba do valor inerente da vida. É correto argumentar que ganhos menores (ou mesmo secundários) na conquista *desse* objetivo não justificariam restrições substanciais de outros direitos, inclusive dos que são protegidos pelo Artigo 10 da Convenção.

O passo seguinte

Embora este capítulo tenha abordado vários aspectos de seu tema central, dedicou-se basicamente a fazer uma única afirmação: não podemos entender o argumento moral que hoje se alastra progressivamente pelo mundo — entre indivíduos, dentro de grupos religiosos e entre eles, entre as feministas ou na política de vários países — se o entendermos como um argumento centrado na questão de se o feto é ou não uma pessoa. Quase todos compartilham, explícita ou intuitivamente, a idéia de que a vida humana tem um valor objetivo e intrínseco que independe por completo de seu valor pessoal para qualquer pessoa, e a divergência quanto à correta interpretação dessa idéia comum é o ponto crucial do grande debate sobre o aborto. Por esse motivo, o debate é ainda mais importante para a maioria das pessoas do que a questão de se o feto é ou não uma pessoa, uma vez que seu alcance é bem maior — aprofunda a reflexão sobre as diferentes concepções não apenas do valor e da finalidade da vida humana como também do significado e da natureza da morte humana.

Tentei mostrar a inadequação da explicação convencional. Até o momento, porém, não creio ter afirmado o suficiente para tornar mais precisos os conceitos de valor intrínseco, sanidade ou inviolabilidade, ou para responder à objeção de que essas idéias são demasiado misteriosas para explicar alguma coisa. Também não expliquei ainda, a não ser de maneira muito especulativa, como podemos dar sentido ao debate sobre o aborto à luz dessas idéias. Trata-se de desafios cruciais que devemos enfrentar de imediato.

3. O que é sagrado?

Os cientistas às vezes não conseguem explicar suas observações sobre o universo conhecido a menos que pressuponham a existência de alguma coisa ainda não descoberta — outro planeta, outra estrela ou força. Assim, imaginam que realmente exista algo mais e se lançam em sua busca. Os astrônomos, por exemplo, só descobriram o planeta Netuno depois de constatarem que os movimentos do planeta Urano só podiam ser explicados pela força gravitacional de outro corpo celeste, ainda desconhecido, que orbitasse o Sol a uma distância ainda maior.

Venho argumentando que quase todos nós — liberais ou conservadores — somos incapazes de explicar nossas convicções da maneira que muitos políticos, porta-vozes autodesignados, moralistas e filósofos nos consideram capazes de explicá-las. Dizem eles que as diferentes opiniões que temos sobre quando e por que o aborto é moralmente condenável, e sobre o modo como o direito deveria regulamentá-lo, decorrem todas de alguma convicção fundamental que remete à questão de se o feto é ou não uma pessoa com direitos e interesses próprios e, nesse caso, em que medida estes devem ter precedência sobre os direitos e interesses de uma mulher grávida. Porém, quando examinamos de perto os tipos de convicções que a maioria das pessoas tem, constatamos que não podemos explicá-las simplesmente tentando descobrir seus pontos de vista sobre o feto ou não uma pessoa. Nossas convicções refletem outra idéia

que também defendemos, cuja força gravitacional explica melhor a forma de nossas crenças e divergências.

Já mostrei que outra idéia é essa. Acreditamos ser intrinsecamente lamentável que a vida humana, uma vez iniciada, tenha um fim prematuro. Em outras palavras, acreditamos que uma morte prematura é intrinsecamente má, mesmo quando não represente nada de mau para uma determinada pessoa. Muitos pensam desse modo sobre o suicídio e a eutanásia — que uma coisa terrível acontece quando uma pessoa tira a própria vida, ou quando pede a seu médico que a mate, ainda que a morte venha satisfazer um interesse fundamental da pessoa em questão. Pensamos o mesmo sobre o aborto: que às vezes é condonável não por violar os direitos de um feto ou prejudicar seus interesses, mas apesar de o feto não ter nenhum direito a ou interesse em serem violados. A grande maioria das pessoas que têm opiniões fortes sobre o aborto — tanto liberais quanto conservadoras — acredita, ao menos intuitivamente, que a vida de um organismo humano tem valor intrínseco seja qual for a forma que assuma, inclusive a forma totalmente incipiente de um embrião recém-implantado. Digo “ao menos intuitivamente” porque muitas pessoas não associam suas concepções sobre o aborto ou a eutanásia à idéia de que a vida humana tem valor intrínseco. Para elas, essa idéia é o planeta não descoberto que explica convicções que, de outro modo, seriam inexplicáveis.

A idéia do valor intrínseco da vida pode parecer misteriosa, e devo tentar fazer com que pareça menos. Terei de superar, primeiro, uma objeção colocada pelos filósofos, que nega a possibilidade mesma de que *qualquer coisa* tenha valor intrínseco. David Hume e muitos outros filósofos insistiram em que os objetos e os fatos só podem ter valor quando e porque servem aos interesses de alguém ou de alguma coisa. Desse ponto de vista, nenhuma coisa tem valor a menos que alguém a deseje, ou a menos que ajude alguém a conseguir o que quer. Como pode ser importante que uma vida tenha continuidade a menos que tenha importância para alguém? Como a continuidade de uma vida pode ser, como estou sugerindo, importante em si e por si mesma?

Essa objeção pode parecer poderosa. Contudo, grande parte de nossa vida tem por base a idéia de que os objetos ou os fatos podem ser valiosos em si mesmos. É verdade que, no viver cotidiano, as pessoas gastam a maior parte de seu tempo tentando conseguir ou fazer coisas que valorizam porque elas próprias, ou outra pessoa, delas necessitam ou desfrutam. É esta a razão pela qual tentam ganhar dinheiro e comprar roupas, comida ou remédios. Mas a idéia de que alguns fatos ou objetos são valiosos em si e por si próprios — que os reverenciamos não porque atendem aos nossos desejos ou interesses, mas pelo que são intrinsecamente — é também uma parte conhecida de nossa experiência. Muito do que pensamos sobre o conhecimento, a experiência, a arte e a natureza, por exemplo, pressupõe que, de diferentes maneiras, tais coisas sejam valiosas em si mesmas, e não apenas por sua utilidade ou pelo prazer ou satisfação que nos trazem. A idéia de valor intrínseco é um lugar-comum e ocupa posição central em nosso esquema comum de valores e opiniões.

Porém, não basta apenas dizer que a idéia de valor intrínseco nos é familiar. Afinal, o que nos interessa aqui é uma aplicação especial dessa idéia — a afirmação de que a vida humana, mesmo em sua forma mais incipiente, possui valor intrínseco —, e essa aplicação levanta problemas inusitados. Por que dessa idéia não se segue, por exemplo, que deveria haver tanta vida humana quanto possível? A maioria de nós certamente não acredita nisso. Ao contrário, seria melhor, ao menos em muitas partes do mundo, que houvesse menos vida humana, não mais. Então, como pode ser intrinsecamente importante que a vida humana, uma vez começada, continue a existir? São perguntas importantes, e ao respondê-las descobriremos uma distinção entre duas categorias de coisas intrinsecamente valiosas: as que são *incrementalmente* valiosas — quanto mais tivermos, melhor — e as que não são, mas que possuem valor em um sentido muito diverso. Chamarei estas últimas de valores *sagrados* ou *invioláveis*.

Há outro problema, totalmente independente. Afirmo não apenas que a maioria de nós acredita que a vida humana tem

valor intrínseco, mas também que isso explica por que divergimos tão profundamente sobre o aborto. Como isso é possível? Como pode um pressuposto comum a todos explicar as terríveis divergências sobre o aborto, que nos separam tão violentamente? A resposta, acredito, é que interpretamos a idéia de que a vida humana é intrinsecamente valiosa de diferentes maneiras, e que os diferentes impulsos e convicções expressos nessas interpretações antagonísticas são muito poderosos e veementes.

É óbvio que a idéia abstrata do valor intrínseco da vida está aberta a diferentes interpretações. Vamos supor que aceitamos essa idéia abstrata e também admitimos que, ao menos em algumas circunstâncias, um aborto intencional demonstraria um injusto desprezo pelo valor intrínseco da vida. Que circunstâncias são essas? A lista das perguntas que precisamos fazer para encontrar tal resposta é muito longa. Um aborto em um estágio avançado da gravidez será um insulto pior ao valor intrínseco da vida do que um aborto praticado em uma etapa inicial? Se assim for, por quê? Que critério de avaliação ou comparação usamos e deveríamos usar ao fazer esse tipo de julgamento?

O que mais, além do aborto, deixa de demonstrar o devido respeito pela vida humana? Um médico demonstra respeito pela vida quando permite que a mãe morra para salvar o feto? Que tipo de decisão tomada pelo médico nessas circunstâncias demonstraria mais respeito pelo valor intrínseco da vida humana, e que tipo demonstraria menos? Por quê? Suponhamos que uma gravidez seja resultado de um estupro: que decisão, nesse caso, demonstra mais respeito pelo valor intrínseco da vida humana — uma decisão favorável ou contrária ao aborto? Suponhamos que um feto tenha deformações horríveis: permitir seu nascimento demonstra respeito ou desprezo pela vida? Que critério para avaliar o respeito ou o desprezo pela vida humana deveríamos usar ao tomar decisões desse tipo?

Pessoas diferentes, com convicções profundamente diferentes sobre uma vasta gama de questões religiosas e filosóficas, dão respostas diferentes a essas perguntas, e essas respostas diferentes condizem com as principais divergências de

opinião sobre o aborto. Se pudermos entender a controvérsia sobre o aborto como um debate ligado a outras diferenças de opinião religiosa e filosófica, entenderemos bem melhor em que e por que divergimos. Estaremos também em melhores condições de enfatizar os pontos em que concordamos e de perceber de que modo nossas divisões, por mais profundas e dolorosas que sejam, ainda assim estão arraigadas em uma unidade fundamental de convicção humanitária. O que compartilhamos é mais fundamental do que nossas divergências sobre sua melhor interpretação.

A idéia do sagrado

O que significa dizer que a vida humana é intrinsecamente importante? Uma coisa é instrumentalmente importante se seu valor depender de sua utilidade, de sua capacidade de ajudar as pessoas a conseguir algo mais que desejam. Dinheiro e remédios, por exemplo, só são instrumentalmente valiosos: a ninguém ocorre que o dinheiro tenha algum valor além de seu poder de comprar coisas que as pessoas desejam ou das quais necessitam, ou que os remédios tenham algum valor além de sua capacidade de curar. Uma coisa é subjetivamente valiosa somente para as pessoas que a desejam. Tomar uísque escocês, assistir ao futebol ou deitar-se ao sol são coisas que só têm valor para as pessoas que, como eu, gostam disso. Não penso que os que as detestam estejam cometendo algum tipo de erro ou deixando de demonstrar o devido respeito por coisas verdadeiramente valiosas. Essas pessoas simplesmente não gostam do que gostam, nem querem fazer o que faço.

Uma coisa é intrinsecamente valiosa, ao contrário, se seu valor for independente daquilo que as pessoas apreciam, desejam ou necessitam, ou do que é bom para elas. A maioria de nós trata pelo menos alguns objetos ou acontecimentos como intrinsecamente valiosos nesse sentido: achamos que devemos admirá-los e protegê-los porque são importantes em si mesmos, e não se ou porque nós, ou outras pessoas, os desejamos

ou apreciamos. Muitas pessoas acham que as grandes pinturas, por exemplo, são intrinsecamente valiosas. Elas são valiosas e devem ser respeitadas e protegidas por sua qualidade inerente de arte, e não porque as pessoas apreciem olhá-las ou encontram alguma forma de instrução ou de experiência estética prazerosa em contemplá-las. Dizemos que queremos ver um autorretrato de Rembrandt porque é maravilhoso, e não que é maravilhoso porque queremos vê-lo. A idéia de que possa ser destruído nos horroriza como uma terrível profanação, mas não pensamos assim porque tal destruição nos privaria de experiências que desejamos ter. Ficamos horrorizados ainda que seja mínima a probabilidade de que algum dia cheguemos a ver o quadro — que talvez pertença a um acervo particular e nunca seja exposto ao público, ou fique em um museu muito distante — e ainda que existam inúmeras reproduções excelentes!

Tratamos dessa maneira não apenas certas pinturas ou outras obras de arte; em termos mais gerais, fazemos o mesmo com as culturas humanas. Achamos vergonhoso que alguma forma específica de cultura humana, sobretudo uma cultura complexa e interessante, morra ou esteja em vias de desaparecer. Uma vez mais, isso não pode ser totalmente explicado apenas em termos da contribuição que a diversidade cultural possa dar ao aspecto emocional de nossas vidas. Criamos museus para proteger e manter o interesse por alguma forma de arte primitiva, por exemplo, não por acreditarmos que seus objetos sejam belos ou esplêndidos, mas por considerarmos como uma perda terrível o fato de que qualquer forma de arte desenvolvida pelo homem desapareça como se nunca tivesse existido. Adotamos uma atitude semelhante com relação a aspectos da

1. Não pretendo posicionar-me a respeito de uma outra questão filosófica muito abstrata que não diz respeito a esta discussão: se as obras de grandes pintores continuariam a ser valiosas se a vida fosse destruída por completo e para sempre, de modo que ninguém mais pudesse ter a experiência de contemplá-las. Não há incoerência em negar que, nesse caso, essas obras teriam valor, pois o valor de uma pintura encontra-se no tipo de experiência que a torna disponível, e ainda assim insistir em que esse valor é intrínseco, pois independe do fato de que qualquer criatura queira realmente passar por tal experiência.

cultura popular ou industrial: por exemplo, o desaparecimento de objetos de artesanato tradicionais não nos preocupa porque acreditamos que um dia iremos precisar deles — o que talvez nunca aconteça —, mas porque nos parece uma grande perda que toda forma de criação artesanal venha a desaparecer.

Quando à vida humana, será ela subjetiva, instrumental ou intrinsecamente valiosa? É valiosa nos três sentidos, acreditamos quase todos. Tratamos o valor da vida de uma pessoa como instrumental quando a avaliamos em termos do quanto o fato de ela estar viva serve aos interesses dos outros: do quanto aquilo que ela produz torna melhor a vida das outras pessoas, por exemplo. Quando dizemos que a vida de Mozart ou a de Pasteur foi de grande valor porque a música ou a medicina que eles criaram serviu aos interesses dos outros, estamos tratando suas vidas como instrumentalmente valiosas. Tratamos a vida de uma pessoa como subjetivamente valiosa quando avaliamos seu valor para ela própria, isto é, em termos de quanto *ela* quer estar viva, ou de quanto o fato de estar viva é bom para ela. Assim, quando dizemos que a vida perdeu o valor para alguém que sofre muito ou está na miséria, estamos atribuindo a essa vida um sentido subjetivo.

Chamemos de *pessoal* o valor subjetivo que uma vida tem para a pessoa de cuja vida se trata. É um valor pessoal o que temos em mente quando dizemos que, normalmente, a vida de uma pessoa é a coisa mais importante que ela tem. É valor pessoal aquilo que um governo tenta proteger, como fundamentalmente importante, quando reconhece e faz vigorar o direito das pessoas à vida. É compreensível, portanto, que o debate sobre o aborto deva incluir a questão de se o feto tem direitos e interesses próprios. Se os tiver, terá igualmente o interesse pessoal de continuar vivo, interesse que deve ser protegido mediante o reconhecimento e a imposição do direito à vida. Afirmei que, na fase inicial da concepção, um feto não tem interesses e direitos, e que quase ninguém acredita que os tenha; se o valor pessoal fosse o único tipo de valor pertinente em jogo na questão do aborto, este não seria moralmente problemático.

Imb
x
R. b.
x

Se pensarmos, porém, que a vida de qualquer organismo humano, inclusive a do feto, tem valor intrínseco a despeito de também ter, ou não, valor instrumental ou pessoal – se tratarmos qualquer forma de vida humana como algo que devemos respeitar, reverenciar e proteger por ser maravilhosa em si mesma –, teremos então que o aborto é moralmente problemático. Se for uma terrível profanação destruir uma pintura, por exemplo, ainda que uma pintura não seja uma pessoa, por que não deveria ser uma profanação ainda maior destruir uma coisa cujo valor intrínseco pode ser tão imensamente maior?

Devemos chamar a atenção para uma nova e crucial distinção: aquela que se dá entre o que valorizamos incrementalmente – aquilo de que queremos mais, pouco importando o quanto já tenhamos – e aquilo que só valorizamos quando já existe. Algumas coisas são valiosas não apenas intrinsecamente, mas também incrementalmente. Tendemos a tratar desse modo o conhecimento, por exemplo. Nossa cultura quer saber sobre arqueologia, cosmologia e galáxias a muitos milhões de anos-luz de distância – ainda que seja mais provável que muito pouco desse conhecimento possa ter alguma utilidade prática –, e queremos saber o máximo possível sobre todas essas coisas². Não é assim, porém, que valorizamos a vida humana, que tratamos como sagrada e inviolável. (Como disse no capítulo 1, utilizei esses termos alternadamente, assim como os termos “santidade” e “inviolabilidade”.) O traço distintivo entre o sagrado e o incrementalmente valioso é o fato de o sagrado ser intrinsecamente valioso porque – e, portanto, apenas quando – existe. É inviolável pelo que representa ou incorpora. Não é importante que existam mais pessoas. Mas, uma vez que uma vida humana tenha começado, é muito importante que floresça e não se perca.

Será esta uma distinção estranha? Não: fazemos a mesma distinção a propósito de outros objetos ou acontecimentos que

2. Sem dúvida, podemos ter outras razões para querer que alguma coisa não seja conhecida: como fazer explodir o universo, por exemplo. Mesmo nesse tipo de caso, porém, acreditamos que evitar deliberadamente o conhecimento sacrifica alguma coisa de importância intrínseca.

consideramos intrinsecamente valiosos. Atribuímos a muitas das obras de arte que apreciamos um valor sagrado, e não incremental. Atribuímos grande valor às obras de arte quando elas existem, ainda que muito pouco nos interesse que outras mais sejam produzidas. Podemos certamente acreditar que a produção contínua da *grande* arte tem uma importância tremenda – que, quanto mais objetos verdadeiramente maravilhosos uma cultura produza, tanto melhor –, e pensamos o mesmo sobre as grandes vidas: mesmo os maiores defensores do controle do crescimento demográfico não desejariam menos figuras como Leonardo da Vinci ou Martin Luther King. Contudo, ainda que não lamentemos a existência de mais obras de um determinado pintor, ou de mais exemplos de um determinado gênero artístico, insistimos em respeitar os exemplos que temos. Eu mesmo não desejaria que houvesse mais telas de Tintoretto do que as que existem. Ainda assim, porém, ficaria horrorizado se alguma delas fosse deliberadamente destruída.

Uma coisa é sagrada ou inviolável quando sua destruição, deliberada desonra o que deve ser honrado. O que torna uma coisa sagrada nesse sentido? Podemos distinguir dois processos através dos quais algo se torna sagrado para uma determinada cultura ou pessoa. O primeiro se dá por associação ou designação. No antigo Egito, por exemplo, certos animais eram considerados sagrados para certos deuses; como os gatos eram associados a uma certa deusa, e por nenhuma outra razão, era um sacrilégio feri-los. Em muitas culturas, as pessoas adotam a mesma atitude com relação aos símbolos nacionais, inclusive as bandeiras. Muitos norte-americanos consideram a bandeira sagrada por sua associação convencional com a vida da nação; o respeito que acreditam dever a seu país é transferido para a bandeira. Para eles, sem dúvida, o valor da bandeira não é subjetivo ou instrumental. O valor da bandeira também não é incremental; até mesmo o patriota com fixação cívica pela bandeira de seu país não acredita que devam existir tantas bandeiras quanto possível. Ele valoriza a bandeira por seu valor sagrado, e não incremental, e seu caráter sagrado é uma questão de associação.

O segundo processo mediante o qual uma coisa pode tornar-se sagrada é a sua história, o modo como veio a existir. No caso da arte, por exemplo, a inviolabilidade não se estabelece por associação, mas por sua gênese: o que confere valor a uma pintura não é o que ela simboliza nem aquilo a que está associada, mas o modo como veio a existir. Protegemos até mesmo uma tela que não apreciamos muito, assim como tentamos preservar culturas pelas quais não temos nenhuma admiração especial, pois elas corporificam processos de criação humana que consideramos importantes e admiráveis.

Cabe-nos agora observar que adotamos uma atitude análoga com relação a aspectos do mundo natural: em nossa cultura, tendemos a tratar espécies animais distintas (mas não os animais individualmente considerados) como sagradas. Achamos muito importante, e digno de um considerável dispêndio econômico, proteger as espécies ameaçadas de extinção pelo homem ou por empresas humanas — um mercado de presas de rinocerontes valorizadas por seu suposto poder afrodisíaco; reservas que ameaçam o único habitat de uma certa espécie de peixes; ou a extração de madeiras que fará desaparecer os últimos mochos-orelhudos norte-americanos. Ficamos contrariados — seria terrível que os rinocerontes deixassem de existir — e indignados: é certamente um erro permitir tal catástrofe só para que alguns seres humanos possam ganhar dinheiro ou tornar-se ainda mais poderosos.

Por que as espécies individuais são tão valiosas que seria terrível que um empreendimento útil destruísse uma ou algumas das milhares de espécies que existem no mundo? Alguém poderia dizer: protegemos as espécies ameaçadas de extinção porque queremos ter o prazer de continuar vendo animais de todas as espécies, ou porque queremos as informações úteis que podemos obter através de seu estudo, ou porque para nós é mais interessante que existam mais e não menos espécies. Nenhum desses argumentos, porém, parece ser muito verdadeiro. Muitas das pessoas — talvez a maioria — que consideram importantes as espécies ameaçadas talvez nunca cheguem a ver qualquer dos animais que querem proteger. Duvido que muitos dos que

se empenham em proteger o mocho-orelhudo norte-americano tenham algum plano de visitar o habitat desses pássaros ou de vê-los em zoológicos, assim como não acho que acreditem que a preservação dos mochos-orelhudos nos permitirá adquirir informações úteis suficientes para justificar os gastos envolvidos. Essas pessoas lutam para proteger as espécies simplesmente porque acham que seria uma vergonha que os atos e as decisões humanas provocassem seu desaparecimento.

Este é, portanto, outro exemplo importante de algo que muitos de nós consideramos possuir valor intrínseco, e não instrumental. É também um exemplo de valor sagrado, e não instrumental: poucos acreditam que o mundo seria pior se sempre tivesse havido menos espécies de pássaros, e poucos considerariam importante que a engenharia genética criasse novas espécies se isso fosse possível. O que achamos importante não é que exista algum número particular de espécies, mas que uma espécie já existente não seja extinta por nós. Consideramos um tipo de vergonha cósmica o fato de uma espécie criada pela natureza deixar de existir por obra de ações humanas.

Coloco a questão nesses termos — dizendo que não se deve destruir o que a natureza criou — para enfatizar a semelhança que afirmo existir entre nossa reverência para com a arte e nossa preocupação com a sobrevivência das espécies. Tanto a arte quanto as espécies são exemplos de coisas invioláveis para nós não por associação, mas em virtude de sua história, do modo como vieram a existir. Vemos o processo evolutivo através do qual as espécies se desenvolveram como se contribuísse, de alguma maneira, para que nos envergonhássemos do que fazemos quando provocamos sua extinção. De fato, as pessoas que se preocupam em proteger as espécies ameaçadas frequentemente enfatizam a relação entre arte e natureza ao descreverem a evolução das espécies como um processo de criação.

Para a maioria dos norte-americanos, e para muitas pessoas de outros países, o processo evolutivo é literalmente criativo, pois acreditam que Deus seja o autor da natureza. Com base nesse pressuposto, provocar a extinção total de uma espécie equivale a destruir o projeto de criação do mais grandioso

de todos os artistas. Ainda assim, mesmo as pessoas que não partilham a mesma idéia, mas que aceitam a tese darwiniana de que a evolução das espécies é uma questão de mutação acidental, e não de projeto divino, usam freqüentemente metáforas de criação artística. Descrevem espécies animais específicas não como meros acidentes, mas como progressos de adaptação, como algo que não foi simplesmente produzido, mas trabalhado pela natureza. A literatura da conservação está repleta de tais personificações da natureza como artista criadora. Fazem parte do fecundo terreno de idéias e associações no qual a preocupação conservacionista lança suas raízes. De fato, as metáforas de criação artística e cultural passaram a dominar tão completamente os clamores de preservação das espécies que a analogia é hoje usada ao contrário. Há pouco tempo, um antropólogo afirmou que deveríamos tratar o possível desaparecimento de uma língua primitiva com a mesma preocupação e comisseração que demonstramos para com o *snail darter**, o mocho-orelhudo e outras espécies animais em vias de extinção³.

Sem dúvida, nossa preocupação com a preservação das espécies animais atinge sua forma mais dramática e intensa no caso de uma espécie em particular: a nossa. O fato de que a espécie humana deve sobreviver e prosperar é uma premissa inarticulada, inquestionável e quase despercebida, mas ainda assim reina absoluta em nosso planejamento político e econômico. Esse pressuposto tácito une os dois exemplos diferentes de santidade que até aqui identificamos. Nossa preocupação especial com a arte e a cultura reflete o respeito em que temos a criação artística, e nossa preocupação especial com a sobrevivência das espécies animais reflete um respeito semelhante por aquilo que a natureza, entendida como instância divina ou secular, produziu. Essas bases idênticas do sagrado se unem no

* Nome de vários pequenos peixes norte-americanos da família das percas. (N. do T.)

3. Ver John N. Wilford, "In a Publishing Coup, Books in 'Unwritten' Languages", *The New York Times*, 31 de dezembro de 1991.

caso da sobrevivência de nossa própria espécie, pois para nós é de crucial importância que sobrevivamos não apenas biologicamente, mas culturalmente também, e que nossa espécie não apenas viva, mas prospere. Essa é a premissa que inspira boa parte de nossa preocupação com a conservação da natureza e com a sobrevivência e a saúde das tradições culturais e artísticas. Preocupamo-nos não somente conosco e com os demais seres viventes, mas também com as incontáveis gerações ainda por vir.

Sem dúvida, não podemos explicar nossa preocupação com o futuro da humanidade como uma preocupação com os direitos e interesses de determinadas pessoas. Suponhamos que, por uma grande estupidez, desencadeássemos uma onda de radioatividade que teria como consequência a extinção dos seres humanos antes do século XXII. É absurdo argumentar que teríamos então causado um prejuízo ou uma injustiça terrível a pessoas que, de outro modo, teriam continuado a viver, a menos que imaginemos que, em algum espaço místico, uma multidão de pessoas espera pelo momento de sua concepção e nascimento. Às vezes falamos assim, e podemos inclusive chegar a pensar de um jeito que só faria sentido se existissem esses mundos místicos de pessoas possíveis que aguardam seu nascimento. Na verdade, porém, nossa preocupação com a humanidade dos séculos vindouros só faz sentido se considerarmos intrinsecamente importante que a raça humana continue a existir ainda que isso não seja importante para os interesses de determinadas pessoas.

Também consideramos importante que as pessoas vivam bem, e em razão disso julgamos ter a responsabilidade não só de não eliminar a possibilidade da existência das gerações futuras, mas também de deixar-lhes um justo quinhão de recursos naturais e culturais. É aí que reside o pressuposto do que os filósofos chamam de problema da justiça entre as gerações: a idéia de que cada geração deve, por uma questão de justiça, deixar um mundo que possa ser habitável não apenas por seus filhos e netos, aos quais já conhecem e amam, mas também por gerações de descendentes cuja identidade não se encontra

absolutamente estabelecida, ao menos de uma maneira que nos seja compreensível, mas que depende daquilo que devemos considerar como bilhões de acidentes independentes do cruzamento de linhagens genéticas. Os filósofos falam disso como uma questão de justiça, e o mesmo fazem os políticos e os jornalistas: argumentam, por exemplo, que a enorme dívida interna que o governo permitiu que os Estados Unidos contraíssem nas últimas décadas é injusta para com as gerações ainda por nascer. Mas esse modo de colocar as coisas é enganoso, pois nossa preocupação com o futuro não se traduz em preocupação com os direitos ou interesses de pessoas específicas. As decisões que agora tomarmos sobre a conservação e a economia irão determinar, de diferentes maneiras que não podemos entender, e menos ainda prever, não apenas quais recursos estarão disponíveis aos nossos descendentes, mas também que pessoas eles serão. Faz muito pouco sentido dizer que devemos a algum indivíduo em particular a obrigação de não dissiparmos de maneira egoísta os recursos da Terra, se esse indivíduo só virá a existir se realmente os dissiparmos. Ou, nesse caso, somente se não o fizermos. Nossa preocupação com as gerações futuras não é, em absoluto, uma questão de justiça, mas sim de nosso sentimento instintivo de que tanto o florescimento quanto a sobrevivência do ser humano têm uma importância sagrada.

Através dessa mescla de coisas, fatos e processos que muitas pessoas consideram invioláveis, tentei demonstrar como é realmente geral a idéia do sagrado e, desse modo, antecipar a objeção de que é estranho, quando não bizarro, o princípio que acredito encontrar-se na raiz das convicções da maioria das pessoas sobre o aborto — o princípio de que a vida humana, inclusive a vida de um embrião recém-formado, é inviolável. Mas os exemplos apresentados têm o valor adicional de sugerir que, ao menos em muitos dos casos mais conhecidos, a essência do sagrado encontra-se no valor que atribuímos a um processo, empreendimento ou projeto, e não a seus resultados considerados independentemente do modo como foram obtidos. Horro- rizamos com a idéia da destruição deliberada de uma obra

de arte não apenas porque perdemos a arte, mas porque o fato de destruí-la parece aviltar um processo de criação que consideramos muito importante. Da mesma maneira, reverenciamos e protegemos as culturas, que também são, mais abstratamente, formas de arte, uma vez que são produtos coletivos dos tipos de empreendimentos que consideramos importantes. Portanto, nossas atitudes diante de obras de arte e de culturas específicas revelam um profundo respeito pelos empreendimentos que lhes dão origem; respeitamos esses empreendimentos independentemente de seus resultados particulares.

Nossa preocupação com a conservação das espécies animais também se baseia no respeito pelo modo como vieram a existir, e não pelos animais considerados independentemente dessa história. Em si mesmos, os processos naturais de evolução e desenvolvimento têm uma importância normativa para nós, e assim é não porque as espécies que geraram — o rinoceronte ou o mocho-orelhudo, por exemplo — sejam superiores, com base em algum critério independente de valor animal, a outras espécies que poderiam ter se desenvolvido em vez delas, mas porque consideramos um erro, uma profanação do inviolável, que uma espécie produzida pela evolução venha a desaparecer por nossos atos. Os geneticistas criaram plantas que consideramos instrumentalmente valiosas: produzem alimento e podem salvar vidas. Mas não achamos que essas espécies artificialmente produzidas sejam tão valiosas, intrinsecamente, quanto aquelas que foram produzidas por processos naturais.

Para muitas pessoas, como afirmei, o respeito que devemos à natureza é o respeito por Deus concebido como o divino criador. Desse ponto de vista, respeitamos todas as criaturas de Deus não individualmente consideradas — cada tordo, cavalo, mocho-orelhudo ou *snail darter* —, mas como projetos imaginativos produzidos pelo gênio inspirado de Deus, a serem reverenciados enquanto tais, assim como Deus ordenou a Noé que honrasse suas criaturas mantendo vivas, na arca, as espécies e não os animais individualmente considerados. Alguns conservacionistas que não se consideram religiosos podem, não obs-

tante, defender a firme convicção intuitiva de que a natureza é viva *em si mesma*, uma força misteriosa e inexorável que unifica toda a vida na Vida mesma. Walt Whitman foi o poeta dessa concepção – em *Canto de mim mesmo e Folhas de relva*, celebrou o “impulso gerador do mundo”⁴, e outro poeta, David Plante, fala de uma elementar “pulsção no barro” como a fonte misteriosa de toda a vida. As pessoas que defendem qual-quer dessas concepções – a convencionalmente religiosa ou alguma versão da idéia de que a natureza é, em si mesma, dotada de um propósito – acreditam que a destruição de uma espécie é condenável porque desperdiça uma importante e criativa realização de Deus ou do mundo gerador. Querem dizer que devemos lamentar a perda de uma espécie da mesma forma que lamentaríamos – ainda que muito mais – a derrocada de algum projeto que durante muito tempo nós, ou outras pessoas, nos tivéssemos empenhado em concretizar. Lamentamos a perda de um investimento criativo não apenas pelo que perdemos, mas pelo revés de ver frustrado um grande esforço.

Contudo, muitas pessoas que desejam proteger as espécies animais em risco de extinção ou outros produtos naturais belos ou importantes não acreditam em um Deus criador ou em uma inteligência misteriosa que guia a natureza. Para elas, a analogia entre natureza e arte é apenas uma analogia: falam da natureza como força criadora apenas como uma metáfora para expressar sua convicção primitiva, porém firme, de que a natureza e a arte são processos cujos produtos são, em princípio, invioláveis. Achem vergonhoso que o ser humano destrua o que foi criado ao longo de uma eternidade de evolução seletiva natural, não porque algum artista divino ou cósmico o tenha criado, mas apenas porque, em algum sentido fundamental, essa destruição é algo vergonhoso e intrinsecamente mau. Quando afirmam que a extinção de uma espécie é um desperdício do investimento da natureza, não querem dizer que a natureza seja um investidor consciente, mas que mesmo os pro-

4. “Song of Myself”, em Oscar Williams, org., *A Little Treasury of American Poetry* (Nova York: Scribners, 1948), 108.

cessos de criação naturais e inconscientes devem ser tratados como investimentos dignos de respeito⁵. Talvez as futuras gerações zombem dessa idéia por considerá-la ridiculamente sentimental. Não obstante, trata-se de uma das idéias mais difundidas atualmente e nada tem de irracional ou vergonhosa. Não é mais sentimental tratar o que a natureza criou como um investimento que não devemos por a perder do que adotar o mesmo ponto de vista diante de uma antiga obra de arte cujo autor desconhecido já morreu há séculos, ou de algum idioma ou peça artesanal criados por pessoas que nunca imaginaram estar investindo em coisa alguma.

Devo enfatizar, por último, duas outras características de nossas convicções sobre o sagrado e o inviolável. Em primeiro lugar, para a maioria de nós existem graus do sagrado assim como graus do maravilhoso. Seria sacrílego que alguém destruísse uma obra de um artista menor do Renascimento, mas não tanto quanto a destruição de um Bellini. Seria lamentável que uma espécie distinta e bela de ave exótica fosse destruída, mas seria ainda pior que acabássemos com o tigre siberiano. E, ainda que sem dúvida lamentássemos a extinção total das serpentes ou dos tubarões, nosso pesar talvez fosse ambíguo; poderíamos considerar não tão lamentável a destruição de uma espécie perigosa para nós. Em segundo lugar, nossas convicções sobre a inviolabilidade são seletivas. Não tratamos como sagrado tudo o que é produzido pelos seres humanos. Tratamos a arte como inviolável, mas não a riqueza, os carros ou a publicidade comercial, ainda que também sejam criações das pessoas. Também não tratamos como invioláveis todas as coisas que são produzidas por um longo processo natural – os depósi-

5. A idéia do respeito pelos processos naturais tem outras conseqüências dramáticas. Quando uma clínica de fertilidade londrina anunciou, em 1993, que permitiria que certos pais escolhessem o sexo de seus bebês de proveita, por exemplo, muitos políticos ingleses declararam imediatamente sua indignação: muitos deles disseram que sua objeção não se baseava em motivos “racionalis”, mas em uma aversão instintiva a interferir nos “mistérios da natureza”. Mesmo que consideremos essa reação prematura, ou insuficientemente solidária com alguns pais, quase todos nós entendemos e compartilhamos o impulso que se encontra por trás dela.

tos de carvão ou de petróleo, por exemplo -, e muitos de nós não sentimos remorso algum em cortar árvores para abrir espaço para a construção de casas, ou em matar mamíferos complexos como as vacas para obter alimento. E só consideramos sagradas algumas espécies animais: poucos se importam com a extinção de uma espécie de inseto, mesmo quando benigna, e a erradicação do vírus da aids seria motivo de grande celebração e de nenhum remorso.

De diferentes maneiras, portanto, somos seletivos com relação a que produtos e que tipos de processos criadores ou naturais consideramos invioláveis. Como seria de esperar, nossas seleções são configuradas por nossas necessidades e as refletem, e, de maneira recíproca, configuram e são configuradas por outras opiniões que temos. Reverenciamos o esforço artístico humano, por exemplo, porque pode produzir coisas maravilhosas, como as pinturas de grande beleza, intuição e portento, e então, porque reverenciamos essa forma de criação humana, respeitamos tudo que ela produz, inclusive as pinturas que não consideramos maravilhosas. Reverenciamos a natureza porque produziu formações geológicas magníficas, plantas majestosas e criaturas vivas que consideramos extraordinárias, inclusive nós mesmos, e protegemos os exemplos dessa produção — montanhas, rios, florestas ou animais — de um modo especial e mais intenso porque são naturais. A reciprocidade entre nossa admiração pelos processos e nossa admiração pelo produto é complexa, e para a maioria das pessoas seu resultado não é um único princípio geral do qual fluem todas as suas convicções sobre o inviolável, mas uma complexa rede de sentimentos e intuições.

Não pretendo aqui recomendar ou defender nenhuma dessas convicções correntes sobre a arte e a natureza, seja em sua forma religiosa ou secular. Como insistem alguns céticos, talvez não passem de superstições sem consistência alguma. Quero apenas chamar a atenção para sua complexidade e sua estrutura característica, pois espero mostrar que é possível compreender as convicções da maioria das pessoas sobre o aborto e a eutanásia como se baseadas em crenças muito semelhantes,

ainda que diferentes em alguns sentidos importantes, sobre como e por que qualquer forma de vida humana *individual* é também inviolável.

A santidade de cada vida humana

Um obscuro filósofo austríaco do século XIX, Joseph Popper-Lynkeus, dizia que a morte de qualquer ser humano, a não ser de um assassino ou de um suicida, é “um acontecimento muito mais importante do que qualquer fato político, religioso ou nacional, ou que a soma total dos avanços científicos, artísticos e tecnológicos obtidos ao longo dos tempos por todos os povos do mundo”⁶. E recomendava, a quem pensasse em considerar sua extraordinária afirmação um exagero, que “imaginasse que o indivíduo em questão fosse ele mesmo ou seu ente mais querido”. Sua recomendação confunde o valor intrínseco da vida humana com o que chamei de valor pessoal. Minha vida pode ser pessoalmente mais importante para mim do que qualquer outra coisa, mas daí não se segue que seja intrinsecamente mais importante, e, uma vez estabelecida tal distinção, é absurdo supor que mesmo uma morte trágica e prematura, para não dizer uma morte natural ao fim de uma longa vida, seja um fato intrinsecamente mais lamentável do que a destruição de toda a arte e todo o conhecimento humanos. Mas a afirmação de Popper-Lynkeus apreende, de maneira hiperbólica, uma convicção que deve agora ser nossa preocupação principal: a de que em algumas circunstâncias a eliminação deliberada de uma vida humana é intrinsecamente condenável — em termos objetivos, uma ignomínia —, da mesma maneira que o seria a destruição da grande arte ou a perda de conhecimentos importantes.

Estamos agora em melhores condições para examinar essa convicção. Afirmar que tratamos a preservação e a prosperidade

6. Ver Paul Edwards, org., *The Encyclopedia of Philosophy* 6 (Nova York: Macmillan, 1967; Nova York: The Free Press, 1972), 403.